



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000718-55.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Jose Erico de Oliveira**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alega que recebeu ligação da operadora Oi oferecendo um pacote de 1.000 minutos livre para ligações para qualquer operadora, 10 GB de internet, SMS ilimitado e ligações ilimitadas para a mesma operadora. Após, entrou em contato com a requerida, pois já era cliente dela, e lhe foi ofertado o mesmo plano a R\$ 99,00 mensais. Optou pelo plano da requerida, o qual não foi implementado. Reclamou na Anatel sem sucesso.

Requer a condenação da requerida para que disponibilize a oferta contratada em sua linha telefônica indicada na inicial.

A relação entabulada entre as partes é de consumo e sujeita às disposições do Código de Defesa do Consumidor, uma vez presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º do mesmo diploma.

Ressalte-se ainda que, ante a hipossuficiência probatória do autor e em face da verossimilhança de suas alegações, o caso comporta a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC, como já alertado pela decisão de fls. 51.

Defendendo seu direito, o autor requereu as fls. 38 que a requerida apresentasse as gravações dos atendimentos telefônicos em que foram negociadas as condições da contratação.

Instada a se manifestar sobre a solicitação do autor, a requerida deixou transcorrer o prazo *in albis* (fls. 50).

Deve ser considerando que a peça de resistência não foi instruída sequer por indícios de não ter havido a contratação nos moldes em que narrado na inicial.

Ainda, o desinteresse pelo alargamento da dilação probatória está cristalizado a fl. 59, a despeito da advertência contida no despacho de fl. 51 quanto à incidência ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Traçada essa premissa, a conclusão é a de que a ré não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar que o autor não realizou a contratação, nada amealhando de concreto que respaldasse suas alegações no particular.

Ainda, digno de nota que se a ré resolveu se desfazer das gravações requeridas pelo autor haverá de arcar com as consequências daí derivadas, inclusive quanto a não comprovar os termos de sua defesa.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a Claro S/A a implementar na linha telefônica do autor os serviços de 1.000 minutos mensais livres para efetuar ligações para qualquer operadora, 10 GB de internet, SMS ilimitado, ligações ilimitadas para a mesma operadora, pelo valor mensal de R\$ 99,00, devidos desde o ajuizamento da ação e reajustado anualmente, segundo os critérios da Agência Reguladora, enquanto durar o contrato entre as partes.

Fixo para o cumprimento das obrigações o prazo de 20 (vinte) dias, que serão contados a partir da sua intimação.

Independentemente do trânsito em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça). Ressalvo que o não cumprimento da obrigação por parte da ré implicará na aplicação de multa de R\$ 300,00 por dia, limitada a R\$ 15.000,00, que servirá de indenização pelos danos sofridos pelo autor.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 15 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**